



Manifesto Meu Partido é o Feminismo Negro 2026

CUIDADO, JUSTIÇA E LIBERDADE: REDUÇÃO DE DANOS COMO DIRETRIZ PARA JUSTIÇA RACIAL

Apresentação

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) vem, por meio deste manifesto, convocar partidos, candidaturas e a sociedade civil a se comprometerem com uma plataforma política em defesa do cuidado, da justiça e da liberdade. A RENFA é composta por 16 núcleos locais, nos quais as pessoas ativistas são mulheridades, pessoas trans e não binárias, usuárias de drogas, brancas, negras, indígenas, em situação de rua, profissionais do sexo, enfim, sobreviventes da guerra às drogas, dos presídios e dos manicômios. Enquanto sujeitas de direitos e politicamente ativas, criamos espaços capazes de cuidar, na medida em que transformamos o luto em luta.

Desde 2022, a RENFA se posiciona publicamente por meio deste manifesto, afirmando que o projeto de sociedade que defendemos tem como base a construção de uma **democracia plena, antirracista e antiproibicionista**. A lógica punitivista e militarizada de segurança pública só tem aprofundado as desigualdades e impulsionado o aumento da violência nos territórios periféricos, bem como a expansão do mercado ilegal de armas, drogas e pessoas. Frente à escalada da extrema-direita e de seus discursos de ódio, apresentamos um conjunto de propostas políticas que têm mostrado resultados eficientes na diminuição da violência e da desigualdade em diferentes cidades do Brasil e do mundo.

Para isso, guiamo-nos pelos princípios da promoção da autonomia, do autocuidado e do protagonismo das pessoas sobre suas próprias trajetórias de vida. Estamos nos territórios, nos serviços e nas ruas das comunidades e dos interiores promovendo auto-organização e produzindo estratégias de cuidado, participação política e formulação sobre segurança comunitária e justiça racial. **Não há democracia sem nossa liberdade política e nossa participação ativa** após séculos de direitos violados. A Redução de Danos é a nossa ética, técnica e estratégia política para o despertar da consciência crítica e a construção de uma democracia plena com justiça racial. Assim:

“

Não queremos produzir apenas um texto para campanha, mas uma agenda política construída com as pessoas diretamente impactadas pela Guerra às Drogas.

— Fran Silva

”

A seguir, abordamos aspectos da nossa leitura de conjuntura geral para as eleições de 2026. Em seguida, apresentamos o processo de construção deste documento. Por fim, consolidamos

nossa plataforma política com propostas prioritárias e exemplos de experiências bem-sucedidas para a construção da democracia feminista antiproibicionista.

Contexto geral

Quando olhamos para o cenário político internacional, fica evidente o fortalecimento da agenda da guerra às drogas como justificativa moral, econômica e política para a invasão e violação da soberania de países do Sul Global. **Nunca foi sobre as drogas; sempre foi sobre o interesse econômico nas riquezas naturais e nos benefícios financeiros.**

A acusação de narcoterrorismo e o enquadramento de organizações criminosas na Venezuela, no México e no Brasil evidenciam o **desejo de controle sobre nações latino-americanas presididas por candidaturas progressistas que defendem a democracia e a soberania de seus países.** A diplomacia brasileira repudiou essas posturas, e especialistas têm reafirmado que tais decisões podem gerar o efeito oposto ao da suposta intenção inicial.

Ou seja, medidas mais rigorosas têm incentivado as organizações do mercado ilegal a se tornarem ainda mais sofisticadas e resilientes, ampliando o número de territórios e de pessoas em situação de vulnerabilidade. Exemplo disso é o aumento contínuo da população carcerária nos últimos 20 anos, em especial após a reforma da Lei de Drogas, período em que as denúncias de violações de direitos fundamentais culminaram em chacinas, invasões e na consolidação de organizações criminosas dentro dos presídios brasileiros.

Na última década, vimos que as organizações criminosas passaram a atuar de forma unificada em diferentes frentes: venda de armas, controle territorial, tráfico, lavagem de dinheiro e jogos de apostas online. Enquanto as políticas tradicionais de segurança apenas **aprofundaram as desigualdades sem reduzir os índices de violência**, a população passou a enfrentar uma nova dinâmica: a interiorização do crime organizado e da violência, antes concentrados em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Proibir, prender e matar nunca resultou em diminuição da violência; ao contrário, apenas aprofundou as disparidades sociais.

Assim como no restante do mundo, o avanço de setores que defendem “a família”, os “bons costumes” e uma suposta “liberdade de expressão” irrestrita também é uma realidade brasileira. Na verdade, esses argumentos **mascam o ódio às diversidades e a manutenção de um sistema que lucra com o controle e a exploração de mulheridades.** Além da sobrecarga emocional, somos nós que sustentamos o trabalho reprodutivo não remunerado: cuidar, lavar, passar e alimentar filhos, pais, avós, tios, além de pessoas com deficiência e neuroatípicas.

O histórico de adiamento ou negação de pautas tidas como “de costumes”, a exemplo da legalização das drogas, por setores progressistas que pedem “cautela” em períodos eleitorais, na prática, barganha questões estruturantes para a transformação efetiva da sociedade brasileira.

“A RENFA não tem uma aliança estratégica com o governo e não se silenciará diante das pautas que a construíram. A democracia radical que fazemos é colocar os debates necessários na mesa e organizar as mulheres que antes não conseguiam ocupar e pautar esses espaços.”

— Luana Malheiro

”



“Radicalidade é o papel da sociedade civil”

— Nêmara Vianna



Disputas de narrativa sobre cuidado, acolhimento, justiça e liberdade muitas vezes criam uma cortina de fumaça sobre a realidade concreta. **A violência institucional e o abandono estatal chegam às periferias muito antes do acesso a direitos fundamentais** como alimentação, moradia, educação, saúde, transporte e cultura. Criminalizar a revolta diante de tantas violações é reforçar o destino imposto historicamente à população negra, periférica, LGBTQIA+ e às mulheres: a morte física e simbólica. O encarceramento em massa de pessoas pretas e pardas teve suas justificativas ressignificadas ao longo do tempo: primeiro no combate à vadiagem, depois na perseguição ideológica e, agora, na guerra às drogas. O alvo, contudo, permanece o mesmo. O Brasil abriga a terceira maior população carcerária do mundo. Como romper a reprodução de séculos de extermínio e promover a responsabilização?

As mulheres feministas antiproibicionistas têm formulado tecnologias de luta e resistência, propondo uma democracia orientada pelo acesso a direitos e por uma política de cuidado em substituição à política de morte e confronto armado. Não é mais possível adiar esse debate. Nesse sentido, a RENFA tem incidido no cenário nacional e latino-americano por meio dos manifestos *Meu Partido é o Feminismo Negro* e *Contracolônia*. Para o ano de 2026, resgatamos o legado fundamental de Lélia Gonzalez, sua trajetória de enfrentamento nos partidos de esquerda e as lições contemporâneas para disputar a política de drogas nas eleições e nas diretrizes de Estado.



“O sistema sempre nos silenciou, o governo sendo esquerda ou direita - sempre de alguma forma nos silenciou - vivemos uma escassez enorme e os caras lançam para a gente vários convites que vem em forma de editais. Estes editais acabam dando um falso poder e isso é muito perigoso porque passamos a correr em círculo e deixando a nossa população. O PT cresceu dentro de uma periferia, no corpo a corpo, na ideia. Resgatar as nossas na periferia - é legal estar em Brasília, disputar a nossa fala, mas como está a nossa periferia de fato?”

— Iya Batia de Osun



Como construímos esse manifesto?

- ✓ Debate em reunião GT de Advocacy
- ✓ Plenária Nacional
- ✓ Plenária aberta
- ✓ Análises e síntese das plenárias e reuniões
- ✓ Escrita e revisão do Manifesto
- ✓ Criação do formulário para contribuição de ativistas e núcleos
- ✓ Plenária Nacional - formulário e primeira versão

- ✓ Inclusão de contribuições do formulário em versão final
- ✓ Lançamento do Manifesto online
- ✓ Lançamentos presenciais

Plataforma política

“Existe uma diferença entre negociar para garantir avanços mínimos institucionais e negociar abrindo mão do horizonte político. Participação social sem autonomia política vira "chancela" e a RENFA precisa produzir constrangimento político, inclusive com governos aliados.”

— Fran Silva

As nossas agendas são:

1. **Arte e Cultura como ferramenta de cuidado, de combate da violência**, democratizar o acesso das juventudes e periferias à produção artística. *Exemplos: Festival de Cultura Canábica na Marcha da Maconha de Fortaleza, além de Slams e Batalhas de Rima nos territórios.*
2. **Apoio a sociedade civil e organizações comunitárias em territórios de tráfico**, principalmente liderada por mulheres Atividades em territórios afetados pela ação violenta do estado com juventudes.
3. **Criar uma política permanente de Redução de Danos com orçamento próprio** para equipes de redutores/as de danos; distribuição de insumos; ações em territórios periféricos; ações de cuidado em festas e cenas abertas de uso, além de formação continuada de profissionais do SUS.
4. **Garantir a participação ativa da Sociedade Civil** em treinamento de equipe, oficinas educativas, consultorias e supervisões técnicas, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
5. **Ampliação de serviços ligados ao Sistema de Justiça.** *Ex: Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) e Centro de Acesso a Direitos e Inclusão Social (CAIS).*
6. **Implantação de programas articulados transversalmente entre os Ministérios** dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Esporte, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, das Mulheres e da Juventude.
7. **Propor políticas específicas para mulheres** negras, mães, trabalhadoras sexuais, população trans, mulheres em situação de violência.
8. **Ampliação da Rede de Atenção Psicossocial** em todas as suas dimensões para o fortalecimento do cuidado integral a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas na perspectiva interseccional.
9. **Criação de espaços seguros de convivência** para mulheres, pessoas trans e infâncias - modelo CASA RENFA.
10. **Utilização do Fundo Nacional de Drogas para a organização de um conjunto de serviços e estratégias para a ampliação dos direitos** de todas as pessoas usuárias de drogas, habitantes de territórios afetados pela guerra às drogas e pessoas diretamente impactadas pelas políticas de drogas.
11. **Inclusão da especificidade das mulheres no contexto de uso e políticas de drogas no Pacto Nacional pelo fim do feminicídio**, impulsionando a mudança de legislações como a lei Maria

da Penha para contemplar mulheres que sofrem violência fora do domicílio;

12. **Criação de estratégias de cuidado e geração de renda** para mulheres e pessoas trans que atuam ou atuaram com o microtráfico.
13. **Campanha pela mudança do sistema político.**
14. **Criação de fundo emergencial para proteger nossas lideranças políticas** que são ameaçadas de violência política de gênero e raça.
15. **Reserva de fundo eleitoral para proteger candidaturas** contra violência política de gênero e raça.
16. **Criação de ação afirmativa desde a pré-candidatura** até o acompanhamento durante o mandato com financiamento direto;
17. **Fortalecimento da implementação do PLANAD e da resolução 15/2026** sobre Redução de Danos.
18. **Implementação de Projetos de Leis de Cuidado e Redução de Danos** pelas candidatas.
19. **Programa de Redução de Danos**, que garanta a RD e o agente redutor de danos como papel principal, gerando demanda (intersectorial) para garantir o agente redutor de danos nos territórios.

O DISPOSITIVO DIREITO AO FUTURO

A experiência vivida como fundamento da formulação política

Este manifesto inaugura uma nova etapa na nossa trajetória organizativa. Nossas formulações são saberes políticos forjados nas violências que atravessam nossos corpos e territórios, bem como nas estratégias coletivas que construímos diariamente para proteger a vida.

Por isso, propomos uma **jornada nacional de escuta, mobilização e formulação coletiva sobre segurança pública**. O **Dispositivo** tem como objetivo promover o reconhecimento dos territórios afetados pela Guerra às Drogas como espaços legítimos de produção de vida, conhecimento e cidadania, ecoando experiências, denúncias, práticas comunitárias e propostas concretas para o futuro das políticas públicas.

Essa construção ganhou impulso durante o Festival Mulheres em Luta deste ano, quando facilitamos uma roda de conversa em torno de uma pergunta central: *quem protege a vida nos nossos territórios?* A escuta evidenciou que a segurança pública compreendida apenas como aparato policial, prisional e de vigilância não produz proteção real; antes, aprofunda vulnerabilidades. Segurança pública também é garantir cuidado, pertencimento, moradia digna, saúde integral, redução de danos, cultura, proteção comunitária e direito ao futuro.

“

“Segurança é importante, mas precisamos de uma segurança de confiança, que passe por vários cursos e exames psicológicos, que gerem confiança e não medo na população. Com câmeras em seus uniformes e que passe por avaliação anual”

— **Maria de Fátima Muniz, Ong Clã das Lobas**

”

Por meio do **Dispositivo**, realizaremos rodas de escuta e assembleias nos 16 núcleos da

RENFA, em articulação com mulheres negras, juventudes, pessoas que usam drogas, familiares, sobreviventes do cárcere, pessoas em situação de rua, população trans, comunidades de terreiro, coletivos culturais, trabalhadoras do cuidado, lideranças comunitárias e agentes de redução de danos.

O acionamento deste **Dispositivo** em territórios afetados pela Guerra às Drogas mobilizará o diálogo e a troca de experiências locais, mapeando necessidades e alternativas que resistem no cotidiano do povo. Simultaneamente, pretendemos provocar reflexões críticas sobre o atual modelo de segurança pública e consolidar diretrizes comuns de atuação política.

Nosso compromisso é construir, junto a cada comunidade, uma cartografia detalhada das políticas estatais ineficazes, dos direitos sonogados, das violências não notificadas e dos serviços que não chegam às pontas. Ao mesmo tempo, visamos valorizar e articular as lideranças locais, as redes de solidariedade e as experiências que já produzem segurança e sustentam a vida.

As contribuições acumuladas ao longo dessa jornada integrarão a **Agenda Direito ao Futuro**, documento orientador de propostas e compromissos públicos que subsidiará nossa incidência política e legislativa. O futuro não pode ser um privilégio de poucos. Cuidado, justiça e liberdade precisam ser direitos para todas as pessoas.

**Que o Brasil se reconstrua sob uma profunda consciência de gênero e raça.
Por um Brasil feminista, antimachista e antirracista!**